

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 398.800 - SP (2013/0319076-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS VESCOVI PLASTER
ADVOGADO : JOSÉ SEBASTIÃO BAPTISTA PUOLI - SP070894
AGRAVADO : HORÁCIO PERSON - ESPÓLIO E OUTRO
ADVOGADO : MARIA VERONICA PINTO RIBEIRO B NOGUEIRA - SP092137

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 544 do CPC/73) interposto por LUIZ CARLOS VESCOVI PLASTER em face da decisão acostada às fls. 513-514 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 206-212 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Cumprimento de sentença - Tempestividade da impugnação - Matéria de ordem pública, não submetida à preclusão pro judicato -O termo inicial do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação tem início com a intimação do executado do auto de penhora e de avaliação ou a partir do depósito voluntário do valor da execução - Inteligência do art. 475-J, §1º, do CPC - Ausência de prova de que a impugnação tenha sido apresentada em desconformidade com a regra prevista no referido dispositivo legal - Impugnação aos cálculos apresentados pelo perito judicial e acolhidos pelo Juiz - Descabimento - Inexistência de elementos objetivos a demonstrar que o laudo foi elaborado em desconformidade com o título exequendo - Decisão mantida - Recurso negado.

Opostos embargos declaratórios (fls. 218-225 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 227-232 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 238-270 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal:

(i) artigo 475-J, § 1º, do CPC/73, aduzindo a intempestividade da impugnação manejada na origem; e,

(ii) artigo 354 do Código Civil, sustentando que os cálculos realizados pelo perito não observou a regra de imputação de pagamento prevista no citado dispositivo.

Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 509-511 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 544 do CPC/73), cuja minuta está acostada às fls. 517-527 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, no que se refere ao artigo 475-J, § 1º, do CPC/73, as razões recursais estão dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida.

A Corte de origem entendeu que o prazo para impugnação deve ser contado da garantia do juízo, e não da ordem de pagamento.

O insurgente sustenta que, antes do marco temporal utilizado pela instância ordinária, já havia garantia do juízo e, portanto, precluso o direito de impugnação.

Sobre a existência desta suposta garantia anterior do juízo, todavia, a Corte de origem não faz qualquer referência.

Infere-se, assim, a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada, fazendo incidir os óbices das Súmulas 283 e 284/STF, aplicáveis por analogia.

Nesse sentido: **AgInt no AREsp 1215038/SC**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018; **AgInt no AREsp 860.337/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 28/03/2017.

2. Já em relação ao artigo 354 do Código Civil, a Corte local asseverou o seguinte (fl. 211 e-STJ):

Por outro lado, no tocante aos cálculos apresentados pelo perito em o judicial, melhor sorte não assiste ao agravante.

Revela-se de todo descabida a pretensão do agravante de que o o laudo pericial fosse elaborado com base nas informações constantes da conta de liquidação por ele apresentada, sob o fundamento de que esta restou irrecorrida.

Isto porque, a perícia contábil foi determinada exatamente para analisar a precisão dos cálculos apresentados pelo credor na execução, diante da impugnação apresentada pelos agravados (executados) devendo, por evidente, pautar-se exatamente com base do título judicial exequendo.

Sustenta, ainda, o recorrente que o laudo pericial está equivocado, porque não observou a regra da imputação ao pagamento, prevista no art. 354 do Código Civil, sendo elaborado, equivocadamente, com base na data de vencimento do título e não a partir da data de apresentação da memória de cálculo pelo credor.

Entretanto, o laudo do perito foi bastante minucioso (fls. 109/177) e o agravante (exequente), a bem da verdade, não conseguiu desmerece-lo ou impugná-lo com argumentos objetivos a apontar qualquer desacerto.

Aliás, a grande discrepância de cálculos, entre aquele apresentado pelo agravante (exequente) como devido (R\$ 1.701.814,31)(fls. 7678) e aquele encontrado pelo perito como valor devido em cumprimento do título judicial exequendo, acolhido pelo Juiz (R\$ 311.758,26)(fls. 64/66, 116/117), retrata bem a completa dissonância do cálculo apresentado pelo agravante, a ponto de sequer chegar a considerar abatimento de depósitos já realizados pelos devedores e noticiados pelo perito a fls. 117.

Consequentemente, insubsistente a pretensão do agravante de desconstituir a validade do laudo pericial, para acolhimento do cálculo de liquidação por ele apresentado, que não retrata a condenação do título judicial conforme justificou o perito em seu minucioso laudo.

Superior Tribunal de Justiça

O acolhimento da pretensão recursal exigira aprofundada análise da prova pericial produzida, providência que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator